



HIDROCARBONETOS - Aplauso do fim da perfuração no mar na França:

Ao recusar estender uma licença de pesquisa nas Ilhas Dispersas, arquipélago francês localizado entre Madagascar e Moçambique, o governo anunciou,



quinta-feira, 20 de fevereiro, que pôs definitivamente um fim ao perfuração de petróleo offshore. Esta técnica, que é objeto de disputas, permite extrair hidrocarbonetos, como petróleo e gás, localizados no alto mar, em profundidades às vezes muito significativas. Em um comunicado de imprensa conjunto, os ministros da transição ecológica e da economia anunciaram "que, portanto, não haverá mais perfuração de petróleo no mar na França". Em 2017, o executivo aprovou uma lei que proíbe a emissão de qualquer nova licença de exploração de hidrocarbonetos na França. Para "tirar a França dos combustíveis fósseis", este mesmo texto prevê a cessação gradual da exploração de hidrocarbonetos até 2040. A associação Les amis de la Terre lamenta, no entanto, uma "ecologia de dupla face" de do governo. De fato, embora o governo tenha anunciado a recusa de estender uma licença de pesquisa nas Ilhas Espalhadas, o Ministro das Relações Exteriores Jean-Yves Le Drian foi a Moçambique ao mesmo tempo para defender os interesses dos Indústria fóssil francesa.



ENERGIA – Desconexão do reator 1 da usina nuclear de Fessenheim da rede elétrica france

Este é o primeiro e inédito caso na história industrial da França. Sábado, 22 de fevereiro de 2020, a EDF anunciou a desconexão do reator 1 da usina nuclear de Fessenheim, localizada no Alto Reno, por volta das 2 da manhã.

Essa paralisação do primeiro reator de água pressurizada de 900 megawatts na mais antiga usina nuclear francesa construída na década de 1970 encerra anos de debate sobre seu destino. Alguns funcionários, responsáveis por participar do desligamento do reator, no entanto, ameaçaram desobedecer e não iniciar os procedimentos de desligamento, sem sucesso. Enquanto aguardava o desligamento do reator, o município de Fessenheim mergulhou na escuridão para simbolizar os tempos sombrios e incertos que o aguardam. Na praça central da cidade, cem pessoas se reuniram no escuro, em apoio aos agentes da central, denunciando um "desperdício humano, financeiro e ecológico". Pelo contrário, as associações opostas à energia nuclear sublinharam que esta primeira etapa da paralisação da usina de Fessenheim ainda representava uma "vitória muito pequena".

Essa paralisação do reator nº 1 viu a entrada em vigor de um decreto nº 2020-129, de 18 de fevereiro de 2020 "relativo à revogação da licença de operação da usina nuclear de Fessenheim". Esse mesmo decreto entrará em vigor em 30 de junho de 2020 para o reator nº 2, a data em que deve ser desligado. No entanto, devido ao processo de desmontagem que se estende até 2040, será necessário ter paciência para ver a fábrica de Fessenheim definitivamente fechada.

O fechamento da usina nuclear de Fessenheim é um ponto de virada e constitui para o governo "um primeiro passo na estratégia energética da França que visa um reequilíbrio progressivo" entre os diferentes tipos de energia, com uma redução gradual de a parcela de energia nuclear, atualmente de 70%, e um aumento na eletricidade de fontes renováveis.



ENERGIA - Energia eólica em: a próxima modificação das obrigações de recuperação

Em 18 de fevereiro, o ministro da Transição Ecológica da França castigou "o desenvolvimento anárquico da energia eólica" perante o Comitê de Assuntos Econômicos do Senado. Está submetendo quatro projetos de decretos sobre energia eólica em terra para consulta pública; que supervisionam a operação e desmontagem de turbinas eólicas. Três deles passaram a modificar os decretos de 26 de agosto de 2011, relativos às instalações sujeitas a autorização sob a posição 2980 da nomenclatura de instalações classificadas (ICPE), aquelas que se enquadram no modo de declaração nessa mesma posição e, finalmente, à reabilitação das instalações autorizadas.

Obrigação de declarar projetos

De acordo com o ministro, a revisão desses textos introduz primeiro a obrigação de declarar projetos em diferentes estágios da vida de sua

instalação. Os textos introduzem novos requisitos para o controle instalações e a rastreabilidade das operações de manutenção.

50% das pás recicladas até 2040. Comparadas às prescrições relativas à reabilitação das instalações, as modificações estão relacionadas, por um lado, à escavação das fundações. Os textos impõem a escavação de todas as fundações "exclusivamente" para instalações sujeitas a autorização, com exceção de quaisquer estacas para aquelas sujeitas a declaração. Os novos decretos estabelecem uma meta específica de reciclagem para as pás, pelo menos 50% de sua massa em 2040. Por outro lado, o projeto de decreto altera o cálculo do montante inicial da garantia financeira constituída pelos operadores e que deve cobrir a restauração do local, caso se mostre defeituoso. Esses projetos de texto serão submetidos ao Conselho Superior de Prevenção de Riscos Tecnológicos (CSPRT) em 17 de março, também ao Conselho Superior de Energia. A entrada em vigor está prevista para 1º de julho de 2020.



TRANSPORT - Transporte de pneus: adoção do novo regulamento de rotulagem pelo Conselho da União Europeia

Em 25 de fevereiro, o Conselho da União Européia adotou uma revisão do regulamento sobre rotulagem de pneus. A eficiência do combustível e o ruído são as novas regras relativas a determinados parâmetros ambientais fixados pelo texto. O conselho lembra que "o sistema de rotulagem de pneus visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a poluição sonora no setor de transportes e melhorar a segurança nas estradas". Ele também especifica que "os pneus, principalmente devido à sua resistência ao rolamento, representam entre 20 e 30% do consumo de combustível de um veículo".

Anteriormente, a lei tinha sido proposto pela Comissão Europeia em Maio de 2018 e tinha sido objeto de um acordo provisório entre o Parlamento Europeu eo último novembro Conselho. Hoje, o Parlamento Europeu deve aprová-lo formalmente.

O conselho especifica que uma das principais modificações do regulamento é a consideração de pneus para caminhões e ônibus, bem como de pneus reformados. "Os requisitos para pneus reformados serão aplicados assim que um método de teste apropriado para medir seu desempenho estiver disponível". Da mesma forma, o novo regulamento introduz disposições que prevêm a adição de parâmetros relativos a quilometragem e abrasão "assim que métodos de teste adequados estiverem disponíveis. Estas disposições destinam-se a reduzir as quantidades de microplásticos produzidos pelo desgaste dos pneus.

Finalmente, o regulamento alterado remove as classes de desempenho não utilizadas da balança. Da mesma forma, ele fixa novas obrigações para a exibição de etiquetas, atualiza o design da etiqueta e adiciona um pictograma para aderência na neve e no gelo.

JURISPRUDENCIA

Civ. 1, 11 de dezembro de 2019, n.º 18-24.381:

Obrigação do mediador de avisar sobre o risco de insolvência do comprador: O corretor não justifica ter aconselhado o vendedor de um imóvel imobiliário, o interesse de obter garantias suficientes ou de o ter alertado contra os riscos de insolvência do comprador a quem ele lhe apresentou, pode considerar sua responsabilidade contratual.

CE 5 de fevereiro 2020, req. n.º 425451

Um projeto ambiental pode ser autorizado por um prefeito de um departamento que não seja o prefeito da região, desde que não seja o mesmo serviço que examinou a solicitação de autorização e preparou o parecer da autoridade ambiental.

CA da Inglaterra, 27 de fevereiro

Em uma sentença proferida na quinta-feira, 27 de fevereiro, a Corte de Apelação da Inglaterra considera que o reino desrespeitou seus compromissos assumidos sob o Acordo de Paris.

Nesta quinta-feira, às 11h, o Tribunal de Apelação da Inglaterra disse não à extensão do aeroporto de Londres Heathrow. O tribunal decidiu em apelação que a extensão não era ambientalmente amigável o suficiente.

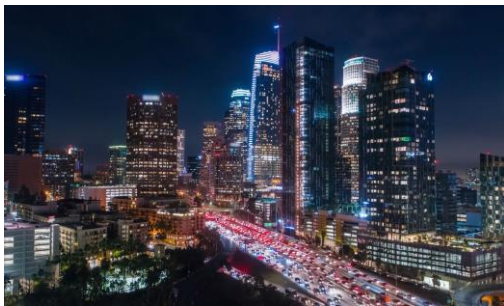
Tribunal Administrativo de Apelação de Nantes - 2ª sala 24 de janeiro de 2020 / n.º 18NT03462

Neste julgamento recente, a CA de Nantes prevê que a recusa de uma licença de construção por um município não pode causar danos e juros para a empresa alocada pelo Estado, com base na perda de oportunidade, mesmo que a empresa seja vítima de uma recusa ilegal.

AMBIANTE - Como combater a poluição luminosa?

Patrick Vignal questionou o Ministro da Transição Ecológica e Inclusiva sobre a extinção noturna de sinais iluminados. De fato, o fenômeno da poluição luminosa - e, além disso, do consumo excessivo de energia - é recorrente nas áreas metropolitanas. A título ilustrativo, em Paris e Marselha, apesar dos regulamentos de publicidade local (RLP), obrigatórios para os municípios com mais de 800.000 habitantes, nada está planejado sobre a extinção de placas luminosas entre 1 hora e 7 horas ou com a extinção dos sinais 1 hora após o fechamento e a iluminação 1 hora antes da abertura. No entanto, o III do artigo 2 do decreto de 27 de dezembro de 2018, relativo à prevenção, redução e limitação da poluição luminosa, indica que "As luzes dos edifícios não residenciais

definidos em d são acesas o mais cedo possível na hora de dormir e são desativados até 1 da manhã Este artigo regula a iluminação de letreiros iluminados, mas não se aplica a municípios com mais de 800.000 habitantes, como Paris e Marselha.



O governo está plenamente consciente do desafio de combater a poluição luminosa e o consumo excessivo de energia. As regras aplicáveis à extinção noturna de placas iluminadas pretendem enfrentar esse desafio, inclusive nas áreas metropolitanas. Assim, o artigo R. 581-59 do Código do Meio Ambiente prevê a obrigação de desligar os sinais luminosos entre 1 e 6 da manhã, quando a atividade relatada tiver cessado. Também especifica que, quando a atividade termina ou começa entre meia-noite e sete da manhã, os sinais são desligados no máximo uma hora após a cessação da atividade do estabelecimento e podem ser acesos uma hora antes do reinício dessa atividade. Essas regras de extinção se aplicam a todos os sinais luminosos, independentemente de sua localização ou tamanho da aglomeração em questão e independentemente da adoção de regulamentos de publicidade locais. Por fim, é necessário estabelecer uma distinção entre as disposições que regem os sinais luminosos e as que

regem a iluminação do interior dos edifícios em que esses sinais estão instalados. É nesta última categoria que o decreto citado em 27 de dezembro de 2018 se refere à prevenção, redução e limitação da poluição luminosa.

RESIDUOS - Com a recuperação de despojos da obra do Grand Paris Express

Quatro anos após o início da obra, menos de 40% dos despojos da realização do Grand Paris Express foram recuperados, enquanto uma cifra de 70% havia sido anunciada por a sociedade da Grande Paris. A lei sobre a transição energética para o crescimento verde, adotada em 2015, exige que o Estado e as comunidades "reutilizem ou direcionam para a reciclagem" 70% dos materiais e resíduos produzidos nos canteiros de obras até 2020. Embora Se a conta ainda não existe, que medidas o Governo está considerando para que o objetivo de recuperação de 70% do material escavado nas obras do Grand Paris Express seja alcançado?

A recuperação de resíduos das obras do Grand Paris Express é uma grande preocupação do Ministro da Ecologia e da Transição Solidária, que queria que esse local também fosse exemplar em termos de economia circular. No caso de terrenos escavados, é importante encontrar métodos de recuperação possíveis e sustentáveis, sendo a primeira preocupação, acima de tudo, evitar depósitos não autorizados. No âmbito da lei sobre a luta contra o desperdício e a economia circular que foi objeto de um acordo entre senadores e deputados no Comitê Conjunto Misto em 8 de janeiro, foram adotadas disposições para reforçar as sanções em casos de disposição ilegal de resíduos, bem como facilitar os controles, em particular possibilitando transferir o poder policial do prefeito para estabelecimentos públicos para cooperação inter-municipal, a fim de reunir meios de controle. Além disso, para poder recuperar essas terras, também é importante identificar as terras nas quais as terras escavadas encontrarão para serem recuperadas. Ainda no âmbito do projeto de lei sobre a luta contra o desperdício e a economia circular, foi adotada uma disposição com o objetivo de impor uma declaração, registrada em banco de dados, de informações relativas aos movimentos do solo escavado, a fim de impor rastreabilidade desses movimentos e impedir que terras com conteúdo inadequado sejam valorizadas em solos que não correspondem ao fundo geoquímico apropriado. A natureza global dessas medidas aplicadas em campo melhora permanentemente a taxa de recuperação de resíduos da Grand Paris Express.

AMBIANTE - Guyot Environnement, o futuro da economia verde

Fundada em 1983, a Guyot Environnement é uma empresa francesa de tratamento e recuperação de resíduos. A PME de Brest tem mais de 280 funcionários em 2018 (em comparação com 40 há 15 anos). O faturamento é de 102 milhões de euros e, por fim, deve gerenciar 700.000 toneladas de matéria-prima avaliada. Esta empresa tem como objetivo estabelecer-se internacionalmente. No ano passado, a GE comprou seu colega Hirumet na Espanha. Essa empresa processa 220.000 toneladas por ano de materiais ferrosos e não ferrosos. Após a triagem e o corte, eles são vendidos para siderúrgicas e fundições no país.

Mais recentemente, a empresa fornecerá uma caldeira na aglomeração de Estocolmo com combustível do resíduo final.

A empresa fornecerá 15.000 toneladas por ano desse combustível sólido de recuperação (CSR) à aglomeração de Estocolmo, que permitirá que este atenda 95% de suas necessidades de água quente e aquecimento.

Este combustível é produzido a partir de resíduos que não podem ser reciclados e, portanto, geralmente são enterrados. Em 2018, 18,5 milhões de toneladas de resíduos foram enterradas na França. Desde 2014, o ambiente Guyot produz 25.000 toneladas por ano desse combustível a partir de resíduos não recuperáveis, mas até agora só foi usado pelos fabricantes de cimento para substituir os combustíveis fósseis. Com este novo contrato de três anos, a empresa produzirá 40.000 toneladas desse combustível a cada ano.

Atualmente, a empresa enterra cerca de 10% das 700.000 toneladas de material que gerencia todos os anos. Esses projetos fazem parte do objetivo de "aterro zero" alvejado pela região da Bretanha para 2040 como parte do Roteiro Nacional de Economia Circular (FREC). A empresa, que possui 350 funcionários, alcançou um faturamento de 150 milhões de euros em 2019.